



Prefeitura
da Estância Turística
de Salto

PROGRAMA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALTO
(PMEAS)

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALTO – SP

LAERTE SONSIN JÚNIOR

Prefeito

EDEMILSON DOS SANTOS

Vice-prefeito

Comitê Organizador:

SECRETARIA DE GOVERNO

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE DESENV. ECONÔMICO, TRABALHO E TURISMO

SECRETARIA DE SAÚDE

Revisão:

COMISSÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

(CMEA)

PROGRAMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Salto, 28 de setembro de 2022.

Revisado

Sumário

PROGRAMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA ESTANCIA TURISTICA DE SALTO (PMEAS)

(Lei Municipal Nº 3.693, de 05 de outubro de 2017)

1. DIAGNÓSTICO

Salto é uma estância turística localizada à 100km da capital e conta hoje com aproximadamente 120.000 habitantes.

Nascida às margens do rio Tietê, possui diversos espaços naturais que ao longo dos anos foram se definindo como espaços educadores sustentáveis. Nesses espaços realizamos a educação ambiental formal e não formal, que ocorre por meio de visitas monitoradas, apresentação de vídeos explicativos, palestras, campanhas informativas. São eles:

1- Parque da Rocha Moutonnée é um atrativo turístico voltado a realização dos estudos do meio, pois permite uma abordagem didática sobre as eras geológicas e a evolução da vida no Planeta Terra. Com 43.338 metros quadrados de área, o parque oferece aos visitantes diversos painéis explicativos sobre o surgimento da vida no planeta, bem como nove réplicas de dinossauros que entretêm e divertem os estudantes interessados em investigar a era mesozoica. O parque ainda conta com resquícios florísticos que indicam as alterações climáticas na escala geológica, bem como oferece um dos mais importantes vestígios geológico de nosso país: a Rocha Moutonnée.

A Rocha Moutonnée é um granito róseo com o formato arredondado, lembrando um carneiro deitado (“mouton” em francês, significa carneiro; moutonnée: acarneirada). Seu diferencial se dá em função das arranhaduras em sua superfície que foram produzidas pelas geleiras da era Paleozóica (há 270 milhões de anos), que juntamente com outras evidências geológicas comprovam cientificamente que a nossa região já passou por alternâncias climáticas significativas. Dada a raridade deste vestígio geológico, o parque foi tombado em 1990 pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo).

Nesse parque, como nos demais, é possível receber visitantes de todas as idades, famílias, idosos, grupos escolares, onde são abordadas as questões geológicas, biodiversidade, mata ciliar, poluição das águas (pois está localizado ao lado do rio Tietê, onde é possível ver a quantidade de resíduos que é jogada no rio ao longo do seu percurso pelo estado).

2- Parque de Lavras - Com cerca de 140 mil metros quadrados de área, o Parque de Lavras é margeado pelo rio Tietê, tornando-se um valioso espaço para promover a educação ambiental e o turismo pedagógico.

Além das trilhas na mata que possibilitam o contato com as paisagens naturais, o parque oferece aos visitantes outros atrativos como a nascente modelo, a praça do granito, o relógio do sol, o jardim das bromélias e o conjunto histórico- arquitetônico construído em 1906, que deu origem a segunda usina hidrelétrica construída no leito do Rio Tietê.

Nesse espaço é possível trabalhar os conceitos sobre a qualidade das águas, biodiversidade, mata ciliar, desenvolvimento sustentável (pois existe uma proposta de construção de pequenas PCH ao longo do Tietê).

3- Memorial do Rio Tietê - com um rico acervo que faz referência às tradições culturais e aos aspectos geográficos atrelados a este mais importante rio paulista. Não só isso, o visitante pode desfrutar de paisagens surpreendentes pontuadas pela centenária Ponte Pênsil, construída ao lado da Fábrica de Tecido Brasital SA, pelo Caminho das Esculturas, que faz referência aos principais personagens de nossa história.

Nesse espaço os visitantes podem ter uma aula de história da cidade e do rio Tietê à céu aberto, onde de forma lúdica e interativa (devido à presença de painéis, vídeos, pinturas) o indivíduo pode conhecer e refletir sobre as ações humanas e suas interferências e interações com o meio natural.



4- Parque Natural Ilha da Usina - foi criado como um espaço voltado para o turismo pedagógico. O local é uma ilha artificial de 70 mil metros quadrados, às margens do Rio Tietê, com flora e fauna intocados desde a abertura do canal da Usina Hidrelétrica de Porto Góes, na década de 1920. O turista que visita o lugar percorre 230 metros de passarela suspensa por dentro da mata com painéis destacando algumas das espécies da flora e da fauna ali existentes. Ao fim do percurso, chega-se a um mirante e um auditório, onde um breve vídeo institucional conta a história das tribos indígenas nativas da região, o desenvolvimento da geração de energia com a construção da Usina Porto Góes e a produção têxtil na cidade.

Nesse espaço, inaugurado em 2018, é possível aprender a história da cidade, do seu desenvolvimento ao longo dos anos, observar a flora e fauna nativas, refletir sobre a poluição das águas, o descarte irregular dos resíduos, a biodiversidade e mata ciliar.

5- Parque do Lago - Com cerca de 214 mil metros quadrados, dos quais 75.100 são ocupados por um lago natural, o Parque está localizado às margens do Rio Tietê, com entrada próxima ao entroncamento da Rodovia do Açúcar com a Rodovia Santos Dumont. O Parque do Lago tem como características principais a prática de esportes ao ar livre, oferecendo aos visitantes a possibilidade de realizar várias opções de lazer em harmonia com a natureza. O parque conta com pista de cooper e uma ciclovia cada uma com respectivamente 1.600 metros de extensão, uma pista circular de aerodelismo, quadras poliesportiva, área para descanso, playground, além de um estacionamento e lanchonete.

Nesse espaço é possível trabalhar os conceitos de biodiversidade (devido à grande presença de animais ali presentes, como diversas espécies de peixes e aves, capivara, lobo do mato, répteis, e até onça).

Os espaços são abertos à visita de terça à domingo, no período das 8:00 às 16:00 horas, sempre monitorado por um guia, sem custo.

Além do lazer esse espaço proporciona uma agradável e saudável relação homem/natureza.

Além desses espaços naturais, que constituem um corredor ecológico onde são realizadas ações de educação ambiental formal e não formal, atingindo alunos, turistas, moradores locais, grupos sociais, etc.

O município possui ainda diversos espaços educadores na área dos resíduos sólidos, a maioria deles sob concessão dos serviços de limpeza urbana, como: complexo do aterro sanitário que abrange o aterro sanitário, lagoa de chorume, usina de triagem dos materiais recicláveis, usina de valorização dos resíduos de construção civil, espaço Verde Novo – auditório para palestras e cursos, sobretudo relacionados à reciclagem, coleta soterrada espalhada em vários pontos de grande circulação do município e nas escolas municipais, 11 ecopontos, oferecendo também o serviço de Ecoponto móvel, além de empresa de compostagem instalada na cidade para onde são levados os resíduos orgânicos e as podas verdes do município, retornando o composto já fertilizado para as áreas verdes públicas, estação de tratamento de água e estação de tratamento de esgoto. Todos esses locais se constituem em espaços onde se desenvolve a educação ambiental não formal, recebendo anualmente, mediante agendamento prévio, grupos de estudantes locais e de outras cidades, turistas, grupos de terceira idade, segmentos sociais (empresários, vereadores, entidades, conselhos, etc) para visita e discussão sobre as questões ambientais.

Os espaços citados acima, resume o grande potencial turístico ambiental, existente na Estância Turística de Salto, proporcionando aos munícipes e visitantes um completo conhecimento das práticas ambientais.

2. INTRODUÇÃO

O Programa Municipal de Educação Ambiental se faz extremamente necessário nos dias atuais, onde o ser humano tem como cultura o consumismo desenfreado e o desenvolvimento pessoal e tecnológico como prioridades. A essência da educação está principalmente nas escolas, local onde é possível concentrar ações de relevante importância para a tão almejada sensibilização e consequente mudança de comportamento para fomentar a preservação da natureza.

A Educação Ambiental é um eixo temático de caráter transversal que deve permear todas as disciplinas de nosso currículo escolar, em todas as modalidades de ensino formal, portanto, cada professor tem a responsabilidade de compreender, estudar e discutir junto a seus pares, a educação ambiental do âmbito escolar, seja para desenvolver a temática em sua disciplina específica, seja em parceria com seus pares e/ou em outras instituições formais ou não formais. A Educação Ambiental pode e deve ser construída no Ensino, mas também na pesquisa, na convivência doméstica e social, nas empresas, nas instituições e na comunidade, envolvendo atitudes, hábitos, crenças e valores.

O Presente Programa é um instrumento, no qual afirma que a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação municipal, devendo estar presente de forma articulada em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal, buscando sempre a participação e envolvimento do maior número de cidadãos possíveis. Para ampliar essa participação social e a responsabilidade socioambiental dentro do contexto escolar, destaca-se o papel dos gestores nesse processo de articulação e mobilização das ações voltadas para a educação ambiental.

Para que uma cidade seja considerada modelo em educação ambiental, é necessário quebrar paradigmas, fomentando o crescimento ordenado do município, promovendo e desenvolvendo o protagonismo de toda a população: crianças, jovens, adultos, idosos envolvidos na busca do direito à uma cidade mais sustentável.

Levando em consideração o estado de permanente construção da Educação Ambiental, este documento não é um produto finalizado, estático, pronto e acabado com determinações a serem seguidas rigidamente, mas sim um processo aberto, vivo e em contínuo movimento. Assim, todos os segmentos da sociedade do município que trabalham com a educação ambiental, ou pretendem, devem sentir-se convidados para participar do desafio de desenhar em conjunto os destinos da cidade, respeitando as diferenças e sistematicamente rever objetivos, estratégias e novos direcionamentos com vistas à busca de consenso entre todos os envolvidos rumo a uma sociedade sustentável.

“O reconhecimento do papel transformador e emancipatório da Educação Ambiental torna-se cada vez mais visível diante do atual contexto nacional e mundial em que a preocupação com as mudanças climáticas, a degradação da natureza, a redução da biodiversidade, os riscos socioambientais locais e globais, as necessidades planetárias evidencia-se na prática social.”

(RESOLUÇÃO Nº 2/2012 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CONSELHO PLENO.)

3. MISSÃO



Garantir que a Educação Ambiental faça parte integrante de todos os setores da sociedade e da vida de toda população Saltense, contribuindo para o desenvolvimento de um município sustentável, justo e comprometido em solucionar os problemas socioambientais locais visando o bem-estar comum de todos.

4. OBJETIVOS

- Validar a Educação Ambiental formal e não formal priorizando os principais temas a serem desenvolvidos contemplando as diretrizes do Programa Município VerdeAzul;
- Nortear o planejamento das ações de educação ambiental prioritárias a serem desenvolvidas no ambiente formal e não formal;
- Estabelecer metas para a Educação Ambiental formal e não formal;
- Estabelecer um processo de educação ambiental com finalidade humanista, democrática e participativa;
- Sensibilização e Conscientização dos estudantes e da sociedade sobre a importância do Meio Ambiente para a vida no Planeta e para a qualidade de vida;
- Favorecer a integração de empresas, comunidades e/ou quaisquer instituições que possam se envolver com a Educação Ambiental no Município;
- Estimular projetos, ações, ou programas voltados à Educação Ambiental por diferentes atores sociais e que estejam em consonância com os princípios do PMEAS;
- Identificar e valorizar as ações de educação ambientais informais.

5. DIRETRIZES

Por definição, a Educação Ambiental no ensino formal consiste de todo o processo educativo especificado e desenvolvido nos currículos das instituições públicas e privadas vinculadas aos sistemas federal, estaduais, e municipais de ensino em todos os seus níveis.

As diretrizes municipais estão em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais, normas obrigatórias para a Educação Básica, que orientam o planejamento das escolas e dos sistemas de ensino; Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/ 1996; e, com o ProNEA 2018.

Em face dos desafios educacionais atuais deve-se inserir a dimensão socioambiental em todas as etapas da educação (básica; técnica; profissional; na formação inicial de professores, em todas as modalidades de ensino e também na educação não formal, que inclui todos os setores da sociedade). Com isto podemos viabilizar a construção coletiva do conhecimento e trabalhar o conceito de responsabilidade compartilhada nas questões ambientais. Nesse sentido, as diretrizes do PMEAS são:

- uma abordagem integrada e transdisciplinar, contínua e permanente em todos os componentes curriculares e áreas de conhecimento;
- o aprofundamento do pensamento crítico-reflexivo por meio de estudos científicos, socioeconômicos, políticos e históricos a partir da dimensão socioambiental, valorizando a participação, cooperação, senso de justiça e responsabilidade;



- o incentivo ao uso de ferramentas pedagógicas e metodológicas que aprimorem a cidadania ambiental, com a participação ativa nas tomadas de decisão, com responsabilidade individual e coletiva em relação ao meio ambiente local, regional e global; e

- potencializar os espaços educadores sustentáveis (Parque Natural Ilha da Usina, Parque Rocha Moutonné, Memorial do Rio Tietê e Complexo da Cachoeira, Parque de Lavras, Parque do Lago, e as demais estruturas físicas pertencentes ao Circuito de Capacitação de Resíduos e Saneamento Básico, espaços educacionais nos Ecopontos e espaços econaturais).

O Programa Municipal de Educação Ambiental propõe que todas as abordagens sejam integradas, inter e transdisciplinares, visando atingir e estimular o diálogo entre diferentes atores da sociedade nos mais diversos temas, em diferentes situações e áreas de conhecimento, fomentando a descentralização espacial e institucional, privilegiando o envolvimento democrático destes atores e diferentes segmentos institucionais.

A dimensão socioambiental deve estar presente nos estudos científicos, socioeconômicos, políticos e históricos que, valorizando a participação, cooperação, senso de justiça e responsabilidade, podem quebrar paradigmas e dar subsídios a argumentos que fomentam a inserção da questão socioambiental em diferentes vertentes principalmente nos diferentes setores da administração pública.

O uso de diferentes ferramentas se faz essencial atualmente, tendo em vista a velocidade da atualização tecnológica e da própria disseminação das informações, existe uma necessidade inconsciente da sociedade em entrar em contato com diferentes ferramentas e isso pode ser muito aproveitado na questão ambiental. Assim, diferentes metodologias devem ser utilizadas para fomentar uma participação ativa nas tomadas de decisão e também para aprimorar o contato individual e coletivo com o meio ambiente.

Os espaços educadores sustentáveis são instrumentos concretos multidisciplinares que promovem, tanto para educação formal como para não formal, exemplos práticos de sustentabilidade, além de disponibilizar material em diferentes assuntos relacionados ao meio ambiente.

Deve-se buscar a otimização do uso desses espaços, como ambientes de socialização do conhecimento, construindo e ressignificando a intencionalidade educativa desses locais.

6. METAS

- Tornar as ações do PMEAS e seus impactos conhecidos pela população;
- Estimular o aumento, quantitativo e qualitativo, do nível de participação social nas ações de educação ambiental;
- Estimular uma nova percepção social sobre o espaço que tenha como referência o município e a bacia hidrográfica como unidade de planejamento;
- Consolidar o arranjo institucional necessário para execução do PMEAS, em especial voltado a promover a integração e otimização das ações difusas de educação ambiental, existentes nas esferas do poder público municipal;
- Estabelecer o quadro de possíveis parceiros entre o poder público, o setor privado e as organizações da sociedade civil, que já desenvolvem ações de educação ambiental para instrumentalizar o planejamento e implementação de novos projetos de educação ambiental.
- Oportunizar recursos financeiros, oriundos de fundos federais, estaduais e

municipais para a implementação de projetos e ações de Educação Ambiental;

- Fomentar a criação de instrumentos jurídicos para a facilitação da realização de parcerias público privadas específicas para o fomento de programas e projetos de Educação Ambiental, desenvolvidos pelo poder executivo ou pela sociedade civil organizada, instituições e empresas;
- Oportunizar recursos para compra de materiais, produção de material didático, realização de cursos e oficinas, pagamento de educadores ambientais para os projetos de Educação Ambiental com a Inclusão qualificada da Educação Ambiental no PPA, nas LOAs e nos Fundos de financiamento que atuam no município.
- Fomentar a inclusão das questões socioambientais nas agendas dos segmentos públicos e privados do Município;
- Avaliar periodicamente e construir de forma participativa e permanente o Programa Municipal de Educação Ambiental, com periodicidade máxima de 04 anos.
- Incluir os processos de formação de toda equipe escolar no trabalho educativo, garantindo a formação continuada em serviço do quadro pedagógico dentro da temática ambiental desde a educação pré-escolar ao ensino superior, utilizando-se metodologias presenciais e de educação à distância.
- Promover a valorização das questões ambientais
- Fomentar os projetos em educação ambiental em um contexto local, incluindo no mesmo questões relevantes para o entorno de cada unidade escolar no município.
- Promover roteiros educativos utilizando pontos de relevância ambiental da cidade como os parques, fragmentos de vegetação nativa, Rio Tietê, Rio Jundiáí, áreas para tratamento de resíduos sólidos, tratamento de água e esgoto, entre outros.

7. LINHAS DE AÇÃO

Considerando as diretrizes, objetivos e metas do PMEAS, bem como a realidade transdisciplinar dos temas relacionados ao meio ambiente, é observada a necessidade do trabalho em conjunto considerando os diferentes atores da sociedade.

As linhas de ação serão planejadas de acordo com a realidade e necessidade do município, visando abranger as principais questões socioambientais, objetivando a recomposição e equilíbrio ambiental, utilizando-se de planejamento participativo e estratégico dos programas, projetos e políticas públicas. Assim seguem as linhas de ação a serem abordadas:

- Gestão de recursos naturais (água, solo e ar)
- Alimentação Saudável
- Arborização Urbana
- Queimadas
- Biodiversidade
- Recuperação Ambiental/Restauração Florestal
- Resíduos Sólidos/Resíduos líquidos
- Sustentabilidade/Consumo sustentável
- Calendário Ambiental Municipal
- Qualidade de vida
- Comunicação Ambiental
- ODM/ODS – Objetivos do Milênio
- Dentre outros temas abrangidos pelo Programa Município VerdeAzul



e/ou que a equipe técnica julgar necessário no momento.

É importante ressaltar que a definição dos temas visa orientar o trabalho educativo e as linhas de atuação, sem pretensão do esgotamento de possibilidades, que a qualquer momento podem e devem ser incorporadas novas estratégias de atuação.

8. ESTRATÉGIAS DE EXECUÇÃO

É certo que a Educação Ambiental possui um caráter multidimensional, onde o contexto socioambiental agrega-se à questão ambiental pela necessidade de se destacar as ações participativas que aliam o aspecto ambiental com o social, estreitando estas duas dimensões em programas, projetos e ações que dialoguem com a realidade local, se constituindo num processo não formal para a sensibilização da população.

O processo formal da Educação Ambiental tem como berço principal a estrutura escolar em todos os seus níveis. A base para as ações deve estar estruturada no Projeto Político Pedagógico permanente da escola. Como regra geral, os Educadores focam a Educação Ambiental como parte essencial do Plano de Ações e, assim, acabam executando vários projetos que pertencem às linhas de ação.

Partindo dessa necessidade, são essenciais os conceitos de conexão, evitando-se atos isolados e visualizando de forma clara os temas a serem trabalhados, priorizando sempre a sustentabilidade. Esses conceitos necessitam de extensa compreensão pelos envolvidos no processo. Eles são a base do raciocínio crítico em todos os projetos que serão desenvolvidos, pois há uma interligação entre tudo que existe no Planeta.

Sendo assim, o currículo da escola não pode ser alheio a esse universo, criando uma atmosfera de indiferença; ao contrário, precisa ser combustível para a produção de conhecimentos e práticas que transformem, para melhor, a qualidade de vida de todas as pessoas e seres vivos, em todos os lugares.

Para que esses objetivos sejam alcançados, é de máxima importância a participação das concessionárias presentes no município, empresas, parcerias público privada, e a prospecção de fundos de financiamento, como parceiras na elaboração, execução e financiamento dos diversos projetos vinculados às diretrizes do programa, como forma de garantir a Educação Ambiental não formal. Resumindo, é preciso buscar coerência entre os conhecimentos adquiridos e as ações desenvolvidas.

Já o processo não formal é aquele feito fora dos espaços formais de ensino, que se constituem de processos educativos voltados à mobilização, sensibilização, capacitação, organização e participação individual e coletiva, na construção de sociedades sustentáveis.

As questões ambientais são discutidas em todos os meios de comunicação, conversas e nos espaços que educam. E os debates sobre problemas e soluções relacionadas às linhas de ação propostas chegam aos educandos e comunidade diariamente, ocorrendo de maneira integrada.

O público não formal, abrange toda a população do Município, muitas vezes subdividindo-a em grupos sociais, como por exemplo: agricultores, podadores autônomos, comissões municipais, conselhos municipais, ONG's, entidades, dentre outros.

Como linha de ação, adota-se a realização de campanhas informativas com intuito de informar e sensibilizar as pessoas para as causas ambientais e assim uma possível mudança de atitudes.

Essas campanhas podem ser oficinas, workshop e/ou palestras ministradas pelos técnicos das secretarias de Educação, da Saúde, do Meio Ambiente, e das demais que possam estar ligados aos temas abordados. Outro modo de realizar essas

campanhas dar-se-á através de reportagens na mídia escrita e falada (jornais, panfletos, outdoor, rádio, banners, adesivos e outros) e ações da Comissão de Educação Ambiental (CMEA).

Educação, seja formal, informal, familiar ou ambiental, só é completa quando a pessoa pode chegar aos principais momentos de sua vida a pensar por si próprio, agir conforme os seus princípios, viver segundo seus critérios (REIGOTA, 1997).

9. AVALIAÇÃO DO PMEAS

Para dar visibilidade e tornar conhecidas as ações desenvolvidas no município, estabelecidas neste programa, anualmente a Comissão Municipal de Educação Ambiental, após avaliação, irá compartilhar publicamente os resultados.

10. COMISSÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Comissão Municipal de Educação Ambiental. Lei nº 3.693 de 05 de outubro de 2017 portaria 590/2017, tem o papel de elaborar, implementar e monitorar a Política Municipal de Educação Ambiental e o Programa Municipal de Educação Ambiental.

Sua constituição e composição devem permitir a participação e interação entre os diversos segmentos da sociedade civil e o poder público, e ter caráter paritário. Deve estimular o intercâmbio de experiências e saberes para a construção de propostas que visem à mediação de interesses e resolução de conflitos socioambientais. É primordial sua interação com o Centro de Educação Ambiental ou Espaço de Educação Ambiental.

A Comissão Municipal de Educação Ambiental se encarrega da manutenção permanente do Programa Municipal de Educação Ambiental e para sua formação foram convidados representantes das instituições abaixo relacionadas, conforme consta em ATA:

- Secretaria da Educação
- Secretaria da Ação Social
- Secretaria da Cultura
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo
- Secretaria de Saúde
- Secretaria do Meio Ambiente
- Escolas particulares e demais instituições de ensino de nível técnico e superior
- ONGs
- Defesa Civil
- Concessionárias que atuam junto ao poder executivo
- Associação de moradores do bairro João Jabour
- Empresas do setor privado

11. PREVISÃO DE FONTES DE RECURSOS FINANCEIROS

Recursos próprios (PPA da Secretaria de Educação e da Secretaria de Meio Ambiente), Fundo Municipal de Meio Ambiente, Parcerias, Patrocínios, Convênios, além de recursos estaduais e federais.

Este Programa Municipal de Educação Ambiental da Estância Turística de Salto – PMEAS- foi atualizado pela Comissão Municipal de Educação Ambiental na reunião ordinária do dia 05 de julho de 2022 que foi registrada em ATA